



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL**

PORTARIA nº 10/2016

Proc. nº 2015.296990(Arquimedes)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, através da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital, com fundamento nos arts. 127 e 129, III da Constituição Federal; art. 130, III da Constituição do Estado do Ceará; art. 26, I, da Lei nº 8.625/93; na Resolução nº 036/2016 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ceará e no Manual de Taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o processo em epígrafe diz respeito à notícia de fato instaurada para apuração de possível responsabilidade do gestor público pela contratação irregular de servidores no âmbito da ETUFOR no período de 24/09/2002 até 22/04/2013;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública quantos aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e de seus respectivos gestores a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO a necessidade da padronização dos procedimentos extrajudiciais do Ministério Público, sendo que o Inquérito Civil é a investigação administrativa, de caráter inquisitorial, unilateral e facultativo, instaurado e presidido por



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

membro do Ministério Público e destinado a apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos ou outros que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (artigo 7º da Resolução nº 036/2016- OEC PJ);

RESOLVE:

Art. 1º. Converter a presente Notícia de Fato em Inquérito Civil Público – *de caráter inquisitório* – contra a ETUFOR, para apuração de “possível responsabilidade do gestor público pela contratação irregular de servidores no âmbito da ETUFOR no período de 24/09/2002 até 22/04/2013”.

Art. 2º. Determinar a expedição dos seguintes ofícios e adoção das seguintes providências:

- a) Ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Patrimônio Público, via digital (art. 20, §8º da Resolução 036/2016);
- b) À Assessoria de Comunicação do MPCE – Ascom, através do e-mail web@mpce.mp.br para publicação da presente portaria no sítio eletrônico do Ministério Público na *internet*, (art. 20, §2º, inciso II da Res. nº 036/2016);

Art. 3º. Nomear, como Secretária para atuar neste feito, a servidora Amanda Moraes de Oliveira, Técnica Ministerial lotada nesta 2ª Promotoria de Justiça Cível, mediante assinatura de Termo de Compromisso;

Art. 4º. Publique-se. Cumpra-se. Expedientes necessários.

Fortaleza, 14 de novembro de 2016.

Ricardo de Lima Rocha
Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público
2ª PmJ-CIV(respondendo)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL